



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 151/2025**

Florianópolis, 8 de setembro de 2025.

Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa Minuta de Decreto que introduz a Alteração 4.952 no RICMS/SC-01.

2. A alteração normativa tem como finalidade restringir a possibilidade de transferência de saldos credores acumulados, suprimindo a hipótese de transferência a estabelecimentos de empresas interdependentes. A nova redação do § 3º do art. 40 do Regulamento limita a transferência apenas a estabelecimentos do mesmo titular localizados no Estado, reforçando o controle fiscal sobre a utilização dos créditos do ICMS e preservando a arrecadação estadual.

3. A sistemática anterior, ao admitir a transferência entre empresas interdependentes, demandava a definição constante no § 6º do art. 40 do Regulamento, que conceituava a interdependência. Com a supressão dessa hipótese, o referido parágrafo perdeu sua função normativa, motivo pelo qual se propõe a sua revogação.

4. As alterações ora propostas buscam assegurar maior clareza e coerência ao texto regulamentar, ao mesmo tempo em que reforçam a preservação da arrecadação e o equilíbrio fiscal do Estado. Ressalte-se que a medida não afasta a possibilidade de transferência de créditos de ICMS entre estabelecimentos do mesmo titular, hipótese que permanece resguardada, mas elimina situações que poderiam fragilizar o controle fiscal e comprometer a saúde financeira do Estado.

Excelentíssimo Senhor  
**JORGINHO MELLO**  
Governador do Estado  
Florianópolis/SC

Respeitosamente,

**CLEVERSON SIEWERT**  
Secretário de Estado da Fazenda

**ANEXO ÚNICO**  
**COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO**

<b>REDAÇÃO ATUAL</b>	<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
<b>Art. 40 do RICMS/SC-01</b>	<b>Alteração 4.952</b>	
<p>Art. 40. ....</p> <p>.....</p> <p>§ 3º Poderão ser transferidos, a qualquer estabelecimento do mesmo titular ou para estabelecimento de empresa interdependente, neste Estado, os saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações e prestações:</p>	<p>Art. 40. ....</p> <p>.....</p> <p>§ 3º Poderão ser transferidos, a qualquer estabelecimento do mesmo titular, neste Estado, os saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações e prestações:</p>	<p>A alteração normativa tem como objetivo restringir a possibilidade de transferência de saldos credores acumulados, suprimindo a hipótese de transferência para estabelecimentos de empresas interdependentes. A medida busca reforçar o controle fiscal sobre a utilização dos créditos de ICMS, limitando a transferência apenas nas hipóteses das operações internas entre estabelecimentos do mesmo titular no Estado. Dessa forma, a alteração proposta alinha-se a critérios de maior segurança jurídica e de preservação da arrecadação e equilíbrio fiscal, evitando a utilização de créditos de ICMS em estruturas empresariais que não pertençam ao mesmo titular.</p>
<b>CLÁUSULA DE VIGÊNCIA</b>	<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
	Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	O art. 2º da minuta de decreto proposto prevê a entrada em vigor na data da publicação do Decreto.
<b>CLÁUSULA DE REVOGAÇÃO</b>	<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
	Art. 3º Fica revogado o § 6º do art. 40 do RICMS/SC-01.	A revogação do § 6º do art. 40 do RICMS/SC-01 decorre da alteração promovida no § 3º do mesmo artigo, que suprimiu a possibilidade de transferência de saldos credores acumulados a estabelecimentos de empresas interdependentes. Com a nova redação, a transferência fica restrita apenas a estabelecimentos do mesmo titular, tornando desnecessária a manutenção da definição de interdependência prevista no § 6º, perdendo sua função normativa. Destarte, a supressão desse parágrafo tem como objetivo a preservação da coerência do texto legal.